

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.800 - GO (2018/0340834-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : C V M
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS** contra decisão do respectivo Tribunal de Justiça do Estado, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"EMENTA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA. URGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

O mero decurso do tempo sem validá-lo em necessidade premente para a realização de prova antecipadamente, e sem demonstração concreta da necessidade ou urgência de sua produção, não é justificativa para a sua colheita antecipada. Precedentes do STJ. RECURSO DESPROVIDO." (e-STJ, fl. 284).

O recorrente aponta violação do art. 366 do CPP. Defende "que, na hipótese vertente, a produção antecipada de provas, consistente na oitiva de testemunhas, se justifica diante do risco efetivo de que detalhes relevantes percam-se na memória dos depoentes" (e-STJ, fl. 305). Aduz, ainda, que o fato de o crime ter acontecido em 2012, configura risco efetivo de que detalhes relevantes se percam na memória das testemunhas.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 341-353).

O recurso foi inadmitido em razão da aplicação da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 364-365). Daí este agravo (e-STJ, fls. 373-377).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 399-402).

É o relatório.

Decido.

Colhe-se do aresto impugnado que o *Parquet* estadual não demonstrou, de modo concreto, a necessidade e a urgência da produção antecipada de provas, que, sendo medida excepcional, não admite fundamentação genérica, amparada exclusivamente na alegação de decurso do tempo:

"A insurgência é contra o decisum que entendeu não ser imperiosa a necessidade da produção de provas antecipadas e indeferiu o pedido ministerial neste sentido.

A postulação foi feita em primeiro grau sem especificação de motivo e sem demonstrar necessidade da produção da prova antecipada.

[...]

O recorrente, ao arrazoar o recurso, aponta como motivação para a realização da prova o seguinte:

"Indubitável que na hipótese de suspensão do processo por prazo

indeterminado em face da revelia do réu, a produção antecipada de provas é medida de sensatez, vez que a memória testemunhal deve ser colhida no tempo mais próximo do fato, em face do fenômeno humano da perda de memória da testemunha, ou mesmo da sua morte OU desaparecimento, mormente na hipótese em julgamento em que o fato criminoso ocorreu em 12 de abril de 2012, portanto, há mais de dois anos." (f. 92)

[...]

Dessa forma, não se presta a indicar a antecipação da prova a referência aos limites da memória humana ou o fato de que as testemunhas, no futuro, possam mudar de endereço ou falecer. Tais circunstâncias, por si sós, não são motivos hábeis para justificar a antecipação.

[...]

Destarte, considerando o caso dos autos, e observando que o pedido foi realizado tão somente ao fundamento do decurso de prazo, sem validá-lo em necessidade premente para a realização da prova, nem havendo demonstração concreta do seu perecimento em razão do decurso do tempo da suspensão do feito, ou de urgência na sua realização, e não verificada nenhuma indispensabilidade de sua produção prematura, sobretudo agora que já se passou tanto tempo, a manutenção da decisão que indeferiu o pedido é medida impositiva, porquanto sensata e de bom tom." (e-STJ, fls. 277-281).

O art. 366 do CPP dispõe que, "se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312".

Ainda, a Súmula 455 do STJ estabelece que "a decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo".

Por consectário, tal medida acautelatória, que visa à garantia da efetividade da prestação jurisdicional diante do risco de perecimento das provas, deve ser justificada em elementos concretos dos autos. Demais disso, o ato deve ser realizado com a presença de membro do Ministério Público e de defesa técnica, preservando-se, assim, o contraditório e a ampla defesa da parte.

Em verdade, embora não se desconheça o efeito deletério que o transcurso do tempo pode causar à memória dos depoentes, forçoso reconhecer que a simples menção de que a prova não pereça com o tempo ou as testemunhas se mudem para local incerto, não constitui fundamento idôneo a justificar a ouvida antecipada das testemunhas, não tendo o temor de esvaziamento da prova sido efetivamente comprovado.

A corroborar tal entendimento, os seguintes julgados:

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA TESTEMUNHAL. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NECESSIDADE. INEXISTÊNCIA NO CASO. INOVAÇÃO DE MOTIVAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. MERO DECURSO DE TEMPO. FUNDAMENTO INIDÔNEO. RECURSO EM *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A produção antecipada de provas, com base no artigo 366 do Código de Processo Penal, deve ser concretamente fundamentada (RHC n. 64.160/BA, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, Dje 30/11/2015).

2. A inexistência de fundamentos concretos na decisão que determina a produção antecipada de provas é nula, por violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal.

3. O acréscimo de argumentos, para justificar a produção antecipada de provas pelo Tribunal *a quo*, não possui o condão de suprir a deficiência da decisão de primeiro grau, porquanto a imprescindibilidade da medida deve ser lastreada em fundamentação idônea por ocasião de seu deferimento, bem como por implicar *reformatio in pejus*.

4. 'A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo' (Súmula 455/STJ).

5. Recurso ordinário parcialmente provido."

(RHC 62.978/RO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 23/02/2016)

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RÉU NÃO LOCALIZADO. SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO LAPSO PRESCRICIONAL. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA ORAL. MERO DECURSO DO TEMPO. JUSTIFICATIVA INSUFICIENTE. DEMONSTRAÇÃO CONCRETA DA NECESSIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE. SÚMULA 455/STJ. RECURSO PROVIDO.

1. Nos termos do entendimento pacífico desta Corte, cristalizado no verbete sumular n. 455, a produção antecipada de provas, com base no art. 366 do Código de Processo Penal, deve ser concretamente fundamentada, não bastando a mera alegação de que o decurso do tempo poderá levar as testemunhas ao esquecimento.

2. *In casu*, existe manifesta ilegalidade pois, datado o fato de 2.7.2013, foi a providência cautelar determinada em 17.9.2014, sem qualquer motivação a ensejar a medida excepcional.

3. Recurso provido a fim de anular a colheita de prova antecipada, cujo produto deverá ser desentranhado dos autos, bem como determinar o cancelamento da audiência de continuação já designada."

(RHC 64.160/BA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 30/11/2015)

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

